

Entre a ruína e a preservação - Um olhar sobre o Patrimônio cultural do bairro Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis – SC)

JAQUELINE HENRIQUE CARDOSO*

Santo Antônio de Lisboa é referenciada como uma das freguesias¹ mais antigas de Florianópolis. A herança cultural dos colonizadores açorianos é muito presente no local, que começou a ser ocupado por europeus no fim do século XVII. Existem poucas informações anteriores a esse período e segundo Ferreira (2008, p. 16), “os sambaquis da região ainda não foram estudados de modo a nos oferecer dados concretos de como viviam os primeiros habitantes desta terra”.

A chegada de lusos brasileiros em Santo Antônio teve início a partir da vinda do Padre Mateus de Leão e vinte casais de colonos, em 1698. A população do local aumentou no século XVIII, quando por lá se estabeleceu o Capitão de Ordenanças Manuel Manso de Avelar, juntamente com sua família e mais uma centena de brancos e escravos. Apesar da passagem desses povoadores em Santo Antônio, a contribuição expressiva no povoamento da região aconteceu com a chegada dos imigrantes açorianos em meados no século XVIII (FERREIRA, 2008).²

Segundo Santos (2004, p. 49 - 50), “por decisão do conselho ultramarino, Portugal, em 1746, resolveu promover a imigração de açorianos para a Ilha de Santa Catarina, litoral fronteiro e Rio Grande”. No total, “cerca de 5.000 pessoas foram transferidas do arquipélago dos Açores para Santa Catarina” entre os anos de 1748 a 1756.³

O motivo da vinda dos açorianos para o Sul do Brasil é polêmico e divide a opinião dos autores. Fala-se em colonização, migração, povoamento, dentre outros

* Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ “No tempo da Colônia e do Império, freguesia era a menor unidade política, administrativa e religiosa” (FERREIRA, 1998, p. 45).

² Cabe ressaltar que não estamos considerando como povoadores apenas o padre Mateus de Leão e o Capitão de Ordenanças Manuel Manso de Avelar, mas sim, todos aqueles que também foram agentes nesse processo de ocupação, e que por vezes foram esquecidos por alguns autores que já escreveram sobre o assunto.

³ O arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas, sendo elas: São Jorge, Pico, Faial, Flores, Corvo, Terceira, São Miguel, Graciosa e Santa Maria. Vale ressaltar, que o arquipélago, “foi descoberto e ocupado pelos portugueses em meados do século XV” (FERREIRA, 2008, p. 26).

motivos. Segundo Ferreira (2008, p. 27), “costuma-se atribuir à vinda dos açorianos para Santa Catarina como fruto da miséria, falta de terras e em decorrência dos abalos sísmicos”. Devido a esses motivos, supostamente, muitos açorianos teriam se deslocado do arquipélago dos Açores para viver no Brasil.⁴

Porém, Santos (2004, p. 47), defende que, os motivos que levaram ao povoamento do litoral catarinense por açorianos, foram as “disputas político-militares entre Portugal e Espanha”. Segundo Avelino de Freitas Menezes, citado por Ferreira (2008, p.18), o Sul do Brasil precisava ser ocupado o quanto antes para se tornar efetivamente português, sendo que “a vinda dos açorianos foi uma colonização, haja vista que vieram para ocupar território”.

Independente do motivo que levou a vinda dos açorianos ao Estado catarinense, o que sabemos é que sua chegada foi decisiva para a construção de uma identidade em Santo Antônio de Lisboa e em outras freguesias nas quais aportaram. Vale ressaltar que os açorianos não foram os fundadores de Santo Antônio de Lisboa, mas quando chegaram nessas terras se tornaram maioria, por isso, sua cultura prevaleceu e ficou tão evidente no local.

Em 1750 foi criada a Freguesia⁵ Nossa Senhora das Necessidades da praia comprida, que segundo Ferreira (1998, p. 12), logo ficou conhecida como Santo Antônio, “a ponto de em 1856 já ser chamada oficialmente” por esse nome.⁶ O referido nome se deve a uma homenagem ao Santo de Lisboa – Antônio.⁷

De acordo com Althoff (2001), para a organização dessa e de outras freguesias criadas na Ilha, a coroa portuguesa deu algumas orientações para serem aplicadas, chamadas de provisões régias.

⁴ Ver também: PIAZZA, Walter Fernando. **A epopéia açórico-madeirense (1747-1756)**. Florianópolis: EDUSFC; Lunardelli, 1992; FERREIRA, S. L. Vinda dos Açorianos para Santa Catarina: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopéia? In: **Anais do Colóquio 260 anos de Herança Açoriana: comemoração da chegada dos açorianos ao Brasil meridional**. Florianópolis: NEA/UFSC, 2008. (CD ROM).

⁵ É necessário ressaltar que a coroa portuguesa “não criava uma freguesia num lugar que ainda não tivesse pelo menos uma centena de famílias instaladas e um comércio florescente” (FERREIRA, 1998, p. 24).

⁶ Em 1943 o bairro Santo Antônio teve seu nome mudado para “Rerituba” que em tupi-guarani quer dizer “Abundância em Ostras”, porém, em 1948 volta a ter o nome anterior pelo fato de não ter sido bem aceito o novo nome entre os moradores (FERREIRA, 2008).

⁷ Santo Antônio de Lisboa, para os italianos é conhecido como Santo Antônio de Pádua (Lisboa, cerca de 1191/1195 – Pádua, 13 de Junho de 1231). De padre agostiniano, passou a frade franciscano, foi canonizado pela Igreja Católica e por esta proclamado Doutor da Igreja. Viajou muito, viveu em Portugal, na Itália e na França.

Cada núcleo ou sítio deveria ter um quadrado para a praça de 500 palmos de face, numa das quais se localizaria a igreja; as ruas seriam demarcadas a cordel e deveriam ter pelo menos, 40 palmos de largura, devendo as casas alinhar-se e possuir um quintal aos fundos (ALTHOFF, 2001, p. 674).

Com o advento da república (1889), houve a separação entre as unidades administrativa e religiosa. Santo Antônio deixa então de ser freguesia e passa a ter “como unidade administrativa o distrito e como unidade religiosa a paróquia” (FERREIRA, 2008, p. 45).

Atualmente, a cidade de Florianópolis é dividida em 12 distritos, sendo eles, Centro, Ribeirão da Ilha, Campeche, Ingleses do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Lagoa da Conceição, São João do Rio Vermelho, Pântano do Sul, Santo Antônio de Lisboa, Barra da Lagoa e Rationes.⁸

O Distrito de Santo Antônio de Lisboa fica localizado ao norte da Ilha de Santa Catarina e é hoje composto pelos bairros Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa, sendo este último sua sede. “Tem atualmente 22,45 km² e uma população de 5.367 habitantes” (FERREIRA, 2008, p.50).

Várzea (1985, 107) relata que no século XIX, o distrito de Santo Antônio contava com um porto, e este era “movimentado por um comércio marítimo maior que o de todas as outras freguesias”. Ele foi o responsável pelo desenvolvimento das atividades agrícolas da região até a segunda década do século XX, quando entra em um período de grandes dificuldades.

Ferreira (2008) indica que essas dificuldades estavam ligadas ao processo de modernização que Florianópolis passava na década de 1920, sendo que o declínio do porto do centro da cidade e a abertura de novas estradas para os locais mais afastados da Ilha levou a migração de muitos moradores das freguesias para as áreas centrais em busca de melhores condições de vida. Os comerciantes de Santo Antônio, por sua vez, também se deslocaram e isso gerou uma crise no comércio local.⁹

⁸ Distrito é a divisão administrativa de uma cidade.

⁹ “A estrada começou a ser ampliada a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas no governo do Brasil” (Cabral, 1991, p. 86).

Devido ao processo de modernização que Florianópolis passava na década de 1920, a arquitetura até então existente no centro da cidade teve que se adaptar às exigências de sua época.

Esse fato não ocorreu nas freguesias e áreas rurais, cujo semiisolamento, em vista das dificuldades de transporte, perdurou até o início da década de 70 do século XX, e contribuiu para a preservação da arquitetura de características luso brasileira, e de seu espaço construído (ADAMS; ARAÚJO, 2001, p. 691).

Santo Antônio de Lisboa está entre essas “freguesias” que não sofreu drásticas modificações nesse período, e podemos dizer que, por estar isolada da região central, teve o fortalecimento também dos aspectos culturais de influência açoriana. Até mesmo o fato de estarmos localizados em uma ilha, contribuiu para que aqui se mantivessem “tradições que foram se perdendo em outros locais” (ADAMS; ARAÚJO, 2001, p. 696).

Porém, Wolff (1991, p. 48) acredita que em Santo Antônio, “ao menos 70% de suas características tipicamente açorianas foram devastadas, a reboque das contradições do progresso brasileiro nas últimas décadas. Mas não há ali edifícios e todos mantêm os seus quintais”.

Até a década de 1940 “o meio de subsistência dos habitantes de Santo Antônio de Lisboa” ainda era “a pesca e a pequena lavoura”, de “pelo menos 90% deles. Os 10% restantes eram funcionários públicos que se deslocavam para o centro todos os dias para atender seus encargos” (Cabral, 1991, p.89).¹⁰

Somente a partir da metade do século XX o bairro Santo Antônio passou a criar formas alternativas de manter sua economia sem obrigar os moradores a se deslocar para a região central. A solução para tal problema veio com a descoberta das raízes culturais da localidade, que acabou se transformando em “pólo atuante de animação cultural” durante certas épocas do ano (SOARES, 1991).

Entre as décadas de 1950/1960, o bairro Santo Antônio passou a construir casas de veraneio, já que o distrito tinha se tornado balneário da capital, mas mesmo assim os turistas priorizavam as praias mais ao Norte da ilha. Somente na década de 1980 o

¹⁰ Nessa época, havia muitos engenhos de farinha de mandioca no distrito, os quais foram desaparecendo com a chegada do “progresso” em Florianópolis, pois “o engenho de farinha se tornou antieconômico” (CABRAL, 1991, p. 89).

bairro e o distrito começaram a prosperar e ser foco de visitação constante. A partir desse período Santo Antônio de Lisboa tornou-se local de interesse de moradia e não só de visitação, e, ha alguns anos vem sendo escolhido por muitos artistas e intelectuais pela tranqüilidade e belezas naturais que oferece. Segundo Ferreira (1998), foi na década de 1990 que a região se consolidou nesse sentido, sendo que também se firmou como pólo gastronômico e é vista como pioneira nesse ramo turístico.¹¹

Santo Antônio de Lisboa é portador de conhecida e reconhecida diversidade patrimonial, material e imaterial. Costumeiramente, a arquitetura presente no bairro é chamada de açoriana, o que é um equívoco, “por que, a gênese das edificações açorianas é a mesma que a de Portugal continental” (ALTHOFF, 2001, p. 674). Assim sendo, a arquitetura presente no bairro é luso-brasileira colonial, pois ela não é uma réplica da arquitetura portuguesa continental e nem açoriana, e sim uma adaptação da arquitetura portuguesa ao território do litoral catarinense.¹²

Veiga (2008) nos lembra, que, a arquitetura produzida no Brasil pelos açorianos, foi a mistura da influência indígena e portuguesa, se adaptando aos materiais disponíveis no litoral para as construções, sendo que posteriormente houve uma unificação da arquitetura em todas as colônias portuguesas.

Por isso, podemos afirmar, que mesmo em locais que não tiveram a presença açoriana, também é possível

encontrar traços urbanos-arquitetônicos comuns, diferenciados apenas pela maior singeleza de alguns e o desenvolvimento de outros. E destes elementos, os que mais guardam semelhanças são as praças e as igrejas que nelas se encontram (ALTHOFF, 2001, p. 677).

Santos (2008) defende que o único tipo de arquitetura que pode ser considerada de origem Açoriana, seriam as construções do “Império do Divino do Espírito Santo”. O Império do Divino de Santo Antônio de Lisboa data do século XIX, sendo que em 1942, teve sua estrutura demolida para dar espaço a uma nova construção. Mesmo assim, a

¹¹ “A promulgação da lei municipal de uso e ocupação do solo dos balneários, em meados da década de 1980 representou um marco para o planejamento da cidade”. Com isso, o plano diretor passa a considerar “os balneários área especial de interesse turístico” (ADAMS, 2002, 64-65).

¹² Santos (2008) lembra que era a coroa portuguesa quem colocava as regras quanto ao modelo de construção aqui instaurado.

festa ocorre todos os anos e é tida como a mais importante para a comunidade, sendo ela marca incontestável da cultura açoriana.¹³

Dentre os Patrimônios Históricos materiais mais conhecidos do bairro, podemos destacar a Igreja Nossa Senhora das Necessidades, construída em meados do século XVIII e alguns casarios que ainda preservam a arquitetura Luso Brasileira Colonial.

A data precisa da criação da igreja “Nossa Senhora das Necessidades”, também é um assunto que gera polêmica, pois não se sabe ao certo o início e o término da obra. Acredita-se que sua “construção deve ter ocorrido entre 1753 e 1754, pois no ano seguinte há registros que foi elevada a matriz paroquial” (SOARES, 1991, p. 101).

As terras para a construção da referida Igreja, foram doadas por Clara Manso de Avelar, filha do sargento-mor Manuel Manso de Avelar. “Essa igrejinha é a mesma que existe ainda hoje na freguesia, apenas melhorada e ampliada conforme as necessidades e progresso do tempo” (VARZEA, 1985, p.107).

No século XIX a Igreja já apresentava muitos problemas. Como pertencia ao Estado, sua manutenção ficava sempre em segundo plano, dependendo, numerosas vezes, do auxílio da comunidade para os reparos urgentes.

No século XX,

por recomendação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Município de Florianópolis, a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades foi tombada pelo então prefeito Esperidião Amin, através do decreto nº 1.341, de 17 de dezembro de 1975. O tombamento alcançou todos os bens móveis internamente expostos (SOARES, 1991, 108).

Cabe ressaltar que, depois do tombamento, muitas imagens do interior da igreja foram furtadas. Inclusive, “a coroa do Divino doada em 1845 por D. Pedro II também teve o mesmo destino” (SOARES, 1991, p. 108).

Na década de 1980, a Igreja Nossa Senhora das Necessidades encontrava-se em péssimas condições. Por isso, Cabral (1991, p. 96), acreditava que o tombamento tinha sido uma farsa, “por que o principal não foi alcançado: a preservação do imóvel, que estava na iminência de ruir”.

¹³ “A festa do Divino é muito mais que uma tradição religiosa, ela é uma manifestação cultural e folclórica” (FERREIRA, 2008, p. 58).

Os problemas relacionados com a conservação da Matriz tem uma história de quase dois séculos. Em espaços de tempo não muito longos os mesmos problemas voltam a se repetir. Na década de 80 o seu telhado esteve para ruir. E isso só não aconteceu porque a comunidade se mobilizou e fez com que a prefeitura, que tombara o imóvel em 1975 como patrimônio histórico, assumisse a responsabilidade por sua conservação (SOARES, 1991, p. 104).

Atualmente, além da Igreja Nossa Senhora das Necessidades, o núcleo central de Santo Antônio de Lisboa também é tombado como patrimônio cultural: sendo preservado apenas o que tem “relevância histórica”: quatro quadras no total. Há a idéia de ampliação dessa área com a efetivação do novo plano diretor.¹⁴

Está dentro desse núcleo central preservado, uma antiga construção conhecida pelos moradores como Sobrado do Imperador, por ter abrigado em 1845 o “imperador D. Pedro II e sua esposa Dona Tereza Cristina” de passagem pelo Estado (CABRAL, 1991, p.85).¹⁵

Ao lado desse sobrado, está a primeira rua que recebeu calçamento na Ilha, devido a visita do imperador D. Pedro II à freguesia. Essa rua se conserva na localidade ainda hoje, sendo muitas vezes chamada pelos moradores de pracinha de pedra, abrigando, aos sábados uma feira de artesanato que serve como atrativo turístico.

A maioria das poucas casas com arquitetura portuguesa colonial, que ainda resta no bairro, foi transformada em atrativo para o turismo e isso é tido como um agravante no processo de degradação desses bens. Segundo Adams (2002, p. 95), o setor turístico, por sua vez, também “não tem trazido aportes financeiros diretos para a recuperação de seu patrimônio cultural, apesar de se apropriar crescentemente dos bens preservados e do *status* conferido pelos recentes modismos ao resgate da memória do lugar”.

Uma das únicas casas em estilo português colonial que ainda tem morador está localizada na Rua 15 de Novembro, o restante foi destruído ou deu espaço a estabelecimentos comerciais. Esta, por sua vez, já não se encontra em boa situação há

¹⁴ Informações obtidas através de conversa informal com Dorotéia Hagemann, técnica do SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), concedida em 26/02/09.

¹⁵ Em meados do século XIX (1848), o imperador do Brasil D. Pedro II esteve em Florianópolis – na época Desterro – em visita política, devido ao “recente apaziguamento com os promotores da revolução Farroupilha, que por mais de dez anos transformou Rio Grande do Sul e Santa Catarina em praça de guerra” (SOARES, 1991, p. 24).

muitos anos e não pode ser restaurada¹⁶ sem um projeto aprovado pelos órgãos competentes, pois se encontra na área de preservação cultural.¹⁷

Cabe ressaltar, que alguns proprietários de imóveis tombados, seja o local que for, reivindicam total autonomia na utilização de seu bem. Sendo que, é sabido que quando um bem é tombado como patrimônio histórico, ele passa a ter algumas restrições no modo como poderá utilizar seu próprio imóvel. É necessário compreender que as medidas que se impõem ao proprietário de um bem tombado são necessárias, pois sem elas, muitos bens privados, porém de interesse público, já teriam sido destruídos.

O tombamento é uma prática voltada à preservação, porém não é a única opção e esta não se encaixa com o patrimônio intangível, que passa por processos de registro e não de tombamento (FONSECA, 2005). Vale lembrar, que o ato administrativo de tombamento, por si só, não garante a preservação do imóvel. O comprometimento dos moradores e visitantes é imprescindível.¹⁸

Muitos moradores antigos do bairro desistiram de suas propriedades pela dificuldade em se ter um bem tombado e pela complicada relação com os órgãos competentes. Os processos são sempre tão longos e burocráticos que a grande maioria deixou seus bens virarem ruínas ou cederam espaço à especulação imobiliária.

A relação existente entre os órgãos responsáveis pela preservação e os moradores do bairro, representados geralmente pela associação de moradores, nem sempre é tranqüila. Muitas vezes os conflitos são resolvidos “pelo caminho mais fácil: a desqualificação de concepções, práticas e saberes populares diante da fala autorizada do especialista” (SILVA, 1992, p.17).¹⁹

¹⁶ O proprietário de um bem tombado não pode alterar o imóvel em nenhum aspecto sem a autorização do órgão competente.

¹⁷ Áreas de preservação cultural (APC) criadas pela lei 2193/85.

¹⁸ Os bens imateriais, não são tombados, mas sim registrados, pois fazem parte de um processo que depende da interação humana, não podendo, portanto, serem congelados. Eles só fazem sentido se forem dinâmicos, pois a cultura assim também o é. O mais interessante para a preservação do patrimônio intangível seria o investimento em sua divulgação, sendo esse um dos únicos modos de mantê-lo vivo (SANT’ANNA, 2003).

¹⁹ Em 1987 foi criada a Associação dos Moradores de Santo Antônio de Lisboa (AMSAL) a fim de defender os interesses da comunidade principalmente “contra a pretensa intenção da prefeitura de Florianópolis de instalar no local uma usina de reciclagem de lixo” (SOARES, 1991, p. 126).

Na realidade, mesmo com lei específica para proteção do patrimônio histórico, os funcionários desses órgãos não conseguem fiscalizar todo o patrimônio da cidade, por diversos motivos. Com isso, muitos bens se perdem a cada dia, mesmo os que estão tombados, sendo que em alguns casos eles nem tomam o conhecimento da destruição ou da descaracterização do imóvel.

Adams (2002) mostra que, alguns núcleos históricos da cidade, como o de Santo Antônio, foram em parte, descaracterizados devido ao desconhecimento da população local acerca da importância de tais bens, mesmo muitos moradores reconhecendo seu valor.

A inauguração do *Centro Cultural Casa Açoriana Artes e Tramóias Ilhoas* (1985), em Santo Antônio,²⁰ foi um “canal importante para as inspiradas manifestações artísticas e culturais reunidas no vilarejo, reativando o seu folclore” (WOLFF, 1991, p. 49). A partir de então houve um interesse maior da população em preservar o patrimônio local e utilizá-lo como meio de sobrevivência e atrativo ao turista.²¹

A reutilização dos bens, tombados ou não, existentes em Santo Antônio, é de extrema importância para dar vida a eles e a economia do bairro. A reutilização deve estar ligada ao significado que a própria comunidade dá aos bens patrimoniais e não àquilo que o turista espera encontrar. É necessário avaliar, no entanto, os danos que o patrimônio acabará sofrendo e se haverão investimentos na preservação e restauração quando necessário.

Assim sendo, é preciso desenvolver atividades de educação patrimonial, voltadas ao cotidiano da comunidade, a fim de ampliar a compreensão em torno do patrimônio cultural local. Por meio destas atividades é possível “descobrir” ou redescobrir o patrimônio do bairro, seja ele material ou imaterial. Isso levará, inicialmente, à preservação dos bens que estão mais próximos da história de vida dos moradores e pessoas próximas ao patrimônio em questão, porque não há como ter interesse em preservar memórias e histórias nunca ouvidas.

²⁰ Idealizado por Janga; João Otavio Neves Filho, artista Ilhéu.

²¹ Ver também: NEVES FILHO, João Otávio. A movimentação Cultural dos anos oitenta. In: SOARES, Iaponan (org). **Santo Antônio de Lisboa: Vida e Memória**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991, p. 56 – 67

Referências Bibliográficas

ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história.** Florianópolis: Edufsc, 2002.

_____; ARAÚJO, Suzane Albers. Ilhas de Santa Catarina – Notas para o estudo da contribuição na ocupação do território. In: FARIAS, Vilson Francisco. **De Portugal ao Sul do Brasil: 500 anos, história, cultura, turismo.** Florianópolis: Ed. do Autor, 2001.

ALTHOFF, Fátima Regina. Arquitetura luso-brasileira no litoral de Santa Catarina. In: FARIAS, Vilson Francisco. **De Portugal ao Sul do Brasil: 500 anos, história, cultura, turismo.** Florianópolis: Ed. do Autor, 2001.

CABRAL, Altino Dealtino. Memórias de um ex-intendente. In: SOARES, Iaponan (org). **Santo Antônio de Lisboa: Vida e Memória.** 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991, p. 84 - 97.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Santo Antônio de Lisboa: 310 anos – sua gente, sua igreja e sua festa do Divino.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

_____. **Histórias Quase Todas Contadas.** Florianópolis: Das Águas, 1998.

_____. Vinda dos Açorianos para Santa Catarina: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopéia? In: **Anais do Colóquio 260 anos de Herança Açoriana: comemoração da chegada dos açorianos ao Brasil meridional.** Florianópolis: NEA/UFSC, 2008. (CDRom)

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetórias da política de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

NEVES FILHO, João Otávio. A movimentação Cultural dos anos oitenta. In: SOARES, Iaponan (org). **Santo Antônio de Lisboa: Vida e Memória.** 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

PIAZZA, Walter Fernando. **A epopéia açórico-madeirense (1747-1756).** Florianópolis: Edufsc; Lunardelli, 1992.

SANTA'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: dp&a, 2003.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

SANTOS, F. T. Generalidades e Particularidades nas arquiteturas açoriana e luso-brasileira: considerações sobre os impérios do espírito santo. In: **Anais do Colóquio 260 anos de Herança Açoriana**: comemoração da chegada dos açorianos ao Brasil meridional. Florianópolis: NEA/UFSC, 2008. (CD Rom)

SILVA, Olga Bates da. Memória, preservação e tradições populares. In: **Direito à memória**: Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

SOARES, Iaponan (org). **Santo Antônio de Lisboa**: Vida e Memória. 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: a ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VEIGA, E. V. Arquitetura luso-brasileira e suas relações com a toponímia. In: **Anais do Colóquio 260 anos de Herança Açoriana**: comemoração da chegada dos açorianos ao Brasil meridional. Florianópolis: NEA/UFSC, 2008. (CD Rom)

WOLFF, Joca. Santo Antônio atrai artistas. In: SOARES, Iaponan (org). **Santo Antônio de Lisboa**: Vida e Memória. 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.